

EDUCAÇÃO NO MST E A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO

Antônio Cláudio Moreira Costa¹

RESUMO: O artigo apresenta as ações e proposta na formação de professores do Movimento Sem Terra, particularmente do curso de Magistério, identificando seus objetivos, princípios filosóficos e pedagógicos, metodologia e formas de avaliação. Ao final, faz uma breve avaliação das possibilidades e limites do programa de educação do MST, insistindo que se trata de uma experiência importante, mas que tem de avançar nas questões técnico-pedagógicas, de modo a construir uma educação crítica e voltada aos interesses da maioria da população.

A preocupação do MST com as questões relativas à educação tem início com a conquista dos primeiros assentamentos. Neste momento, a preocupação dos sem terra era com o tipo de ensino que deveria ser desenvolvido no novo espaço social em construção. As pessoas que estavam à frente das discussões tinham uma certeza: *no novo espaço social conquistado através da luta dos trabalhadores sem terra, a escola tem que ter a missão de formar e conscientizar os novos sujeitos sociais.*

A primeira escola de assentamento começou a funcionar em 1983, no assentamento de Nova Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, trazendo mais preocupações aos assentados e às pessoas responsáveis pela educação no assentamento, uma vez que os professores da escola não tinham vínculo nenhum com o MST, desconheciam a realidade e muitas vezes faziam um discurso contra a reforma agrária. Esses fatores acabaram incentivando as pessoas envolvidas com a educação no movimento a se articularem para discutir qual a escola necessária para as áreas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária conquistados pelo movimento sem terra (CALDART, 1997, p. 30).

1. Mestre em Educação pela UNESP/FFC/Marília.

Em 1987, no Estado do Espírito Santo, foi realizado um Encontro Nacional do Movimento Sem Terra para refletir e aprofundar as discussões sobre educação nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária. A partir deste encontro, foi criado o Setor de Educação do MST, que teve como principal objetivo, naquele momento, organizar a luta pela implantação de escolas públicas de 1ª a 4ª séries nos assentamentos e reunir as professoras e professores disponíveis, junto com representantes das comunidades para começar a discutir a construção da chamada “escola diferente”. (CALDART, 1997, p. 32).

Para que a escola rural tenha uma “nova cara”, o MST pretende que as escolas dos assentamentos e acampamentos incorporem os princípios aprendidos no processo de luta pela terra, que envolve a prática da organização coletiva e a participação em toda e qualquer tomada de decisão envolvendo a coletividade.

Após a discussão sobre os princípios que iriam nortear a proposta pedagógica das escolas dos assentamentos e acampamentos, detectou-se a necessidade de formar professores ligados ao MST, para poder implementá-la. Foi a partir desta demanda que o movimento sem terra, junto com outros movimentos sociais, criou o curso de magistério.

A primeira turma de magistério teve início no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1990, no município de Braga, na Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro (FUNDEP), e é considerada um marco importante na história da educação no MST, na medida em que seu caráter sistemático e de duração ampliada acabou lhe permitindo, ao mesmo tempo, incorporar e gerar as novas práticas de formação desenvolvidas nos diversos lugares da luta pela terra, bem como ser um espaço privilegiado de experimentação, criação e recriação das concepções e práticas pedagógicas do/no MST (CALDART, 1997, p. 33).

Entretanto, a partir de 1994, começou uma nova discussão sobre educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): a necessidade da criação de uma Entidade Educacional específica no atendimento das demandas de formação e escolarização alternativa ligadas às áreas de reforma agrária, e que assumisse como princípios pedagógicos as reflexões gestadas a partir das diversas práticas de educação desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos, incluindo as reflexões metodológicas proporcionadas pela experiência da Oficina Organizacional de Capacitação — OFOC (CALDART, 1997, p. 95).

Partindo dessa necessidade do MST, foi criado em 1995, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária — ITERRA, situado no município de Veranópolis (RS). O ITERRA é uma associação sem fins lucrativos, com a finalidade de atuar na área da educação formal e não formal e na pesquisa com a perspectiva de contribuir para o avanço e consolidação da reforma agrária. Sua administração é exercida pelo Movimento Sem Terra, através da CONCRAB/SCA (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. / Sistema Cooperativista dos Assentados), Setor de Educação e Setor de Formação do MST.

Atualmente, o Instituto mantém a escola Josué de Castro, onde são realizados os cursos de Magistério, Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e Técnico em Administração de Assentamentos. Os princípios que norteiam estes cursos do MST estão assim definidos:

Princípios Filosóficos

- educação para a transformação social: de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo;
- educação para o trabalho e a cooperação;
- educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- educação com base em valores socialistas e humanistas;
- educação como um processo permanente de formação/transformação humana.

Princípios Pedagógicos

- relação entre prática e teoria;
- combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;
- a realidade como base da produção do conhecimento;
- conteúdos formativos socialmente úteis;
- educação para o trabalho e pelo trabalho;
- vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
- vínculo orgânico entre educação e cultura;
- gestão democrática;
- auto-organização dos estudantes;
- criação de coletivos pedagógicos e formação permanente de educadores e educadoras;
- atitudes e habilidades de pesquisa;
- combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Feito essas considerações iniciais, tentarei apresentar de maneira sucinta a estrutura e o funcionamento do curso de magistério do MST.

Estrutura do Curso

O Curso de magistério do MST é um curso de ensino supletivo de 2º grau, regido pela Legislação Educacional do Rio Grande do Sul, no que se refere à regulamentação da oferta do Ensino Supletivo, especificamente, à realização de cursos para titulação de docentes leigos. O diploma oferecido pelo curso é o de conclusão do ensino de 2º grau com habilitação em magistério para as séries iniciais do 1º grau. (CALDART, 1997, p. 97)

O curso de magistério está organizado para ser desenvolvido num período de dois anos e meio, distribuídos da seguinte forma: uma etapa preparatória (de caráter seletivo), cinco etapas de curso, mais o Estágio Supervisionado e/ou Prática Pedagógica Final Acompanhada (PPFA), num total de 2704 horas de aula, sendo que, deste total, 2494 horas correspondem à Base Curricular Oficial aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do RS e 210 horas correspondem à etapa preparatória.

Durante a 3ª etapa, conforme prevê a estrutura do curso, os alunos são incentivados a elaborar um Trabalho de Investigação para Ação (TIA), que pode ser chamado de monografia, sendo que sua defesa pública acontece no Tempo-Escola da 4ª etapa.

De acordo com a Proposta Pedagógica do Curso de Magistério, o TIA é um exercício de observação, estudo, análise e proposição de ações numa determinada realidade ligada aos focos de formação do curso. Consiste num trabalho de pesquisa e na elaboração de uma monografia sobre a problemática investigada, sendo um dos requisitos de aprovação no curso.

Considero o TIA uma inovação do Curso de Magistério do MST, que acaba diferenciando-o dos demais cursos de formação de professores, na medida que desafia os alunos a pesquisar e buscar soluções para os problemas encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Conforme a Proposta Pedagógica do Curso de Magistério, os objetivos que se pretende atingir com a realização do TIA são:

- desenvolver nos educadores a atitude de investigação sobre as práticas sociais em que estão envolvidos;
- construir habilidades de observação, de coleta de dados, de registro e sistematização, de estudo, de análise da realidade, de proposição, de argumentação e de expressão escrita e oral;
- envolver os/as participantes do curso na busca de soluções para os problemas atuais do MST; em especial, os referentes à implementação da proposta de educação do Movimento para as escolas de assentamentos e acampamentos.

O Estágio Supervisionado e/ou Prática Pedagógica Final Acompanhada (PPFA) acontece na 4ª etapa, no Tempo Comunidade, com carga horária oficial de 400 horas. Com base na pesquisa de campo, é possível afirmar que o estágio no curso de magistério do MST assume característica mais social, na medida em que os alunos devem intervir na realidade em que estão inseridos, visando repassar o ideário do movimento. Neste sentido, os estagiários têm alguns objetivos a ser alcançados:

- repassar os conhecimentos adquiridos durante o tempo comunidade;
- exercitar sua capacidade de liderança;
- discutir a proposta do MST, visando convencer a comunidade sobre a importância do trabalho cooperativado;
- detectar as demandas e os problemas da comunidade, na perspectiva de, ao retornarem ao Tempo Comunidade, busquem subsídios para superá-los.

O Estágio Supervisionado, portanto, tem como objetivo principal para o MST, a formação de agentes transmissores de sua ideologia, em detrimento da capacitação técnica indispensável para o exercício do magistério.

Na 5ª etapa do curso, é enfatizada a especialização; cada aluno, a partir da realidade do seu estado, escolher uma dentre as seguintes áreas para aprofundamento teórico: Metodologia do Ensino de 1ª a 4ª série (ME); Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Infantil (EIN).

Cada etapa do curso é constituída de um Tempo Escola (TE) que funciona em regime de internato e de um Tempo Comunidade (TC) que é desenvolvido em regime de externato, com exceção da última (5ª) que só terá o TE.

O Tempo Escola (TE) é o período de realização das atividades do curso no ITERRA, e é desenvolvido geralmente nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Durante o TE, além das aulas (6 horas por dia) os alunos se envolvem em outras atividades, pois os mesmos são responsáveis pela manutenção de toda a estrutura da escola.

Durante o período de internato no ITERRA os alunos/as se organizam para cumprir uma jornada de atividades, que acaba os envolvendo quase o dia inteiro, a saber:

Tempo Formatura

Leva em média de 10 a 15 minutos diários e visa entre outras coisas fortalecer a ligação existente entre os alunos e o Movimento Sem Terra através do exercício da mística.

Tempo Aula

É o tempo reservado ao estudo das disciplinas que compõe a Base Curricular do Curso e é composto de 6 horas diárias. Durante as aulas, alunos e professores são sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem e os conteúdos trabalhados levam em consideração a realidade dos alunos.

Apesar disto, é pouco o tempo destinado ao estudo das disciplinas, principalmente àquelas ligadas ao processo de formação do professor, uma vez que essas disciplinas são desenvolvidas no período máximo de uma semana. Daí em diante, cabe ao aluno estudar e ter força de vontade para se aprofundar no assunto. Isso geralmente não ocorre na escola, porque o dia a dia no ITERRA é muito corrido e, quando esses alunos retornam às suas comunidades, acabam se envolvendo em várias atividades ligadas à organização dos assentamentos e acampamentos e muitas vezes deixam de estudar e buscar novos conhecimentos necessários à sua formação.

Tempo Trabalho

É o tempo reservado ao processo de gestão do ITERRA; os alunos e funcionários estão organizados em unidades de base, cada uma dessas unidades sendo responsável pelo bom desempenho do conjunto de atividades desenvolvidas.

Os alunos atuam em todos os setores da escola: na secretária, na higiene do prédio e do refeitório, na lavanderia, na biblioteca, na recepção, no xerox, no ajardinamento, na padaria, no laticínio, no cultivo da horta, na agroindústria e no mercado do ITERRA. A produção gerada pela padaria, horta e agroindústria é destinada ao consumo interno e à comercialização na comunidade. A receita gerada pela comercialização dos produtos produzidos no ITERRA, é fundamental para ajudar a manter a estrutura do instituto.

Tempo Educação Física

Os alunos são incentivados a desenvolver atividades físicas e até mesmo de relaxamento. A responsabilidade pelo desenvolvimento da educação física é dos alunos,

que escolhem um aluno/a para encaminhar as atividades, que duram cerca de 20 minutos.

Tempo Oficina

É o espaço dedicado ao aprendizado de habilidades práticas ligadas às dimensões de formação propostas pelo curso. Os alunos participam de oficinas de informática, datilografia, organização de secretaria de escola, elaboração e sistematização de documentos, violão, xadrez, dança. Para a realização das oficinas são reservadas 6 horas semanais e os professores são, na maioria das vezes, os próprios alunos.

Tempo Cultura

É o momento reservado para a vivência cultural; nesse tempo os alunos assistem a filmes, documentários, organizam gincanas. Reservam-se, no mínimo, 6 horas semanais.

Tempo Estudo

Espaço destinado ao estudo individual ou em grupos, para complementação das disciplinas e troca de experiências. Em geral, os alunos optam por estudar em grupo, valorizando o princípio de que cooperação só se aprende cooperando.

Tempo Reflexão Escrita

São dedicados de 10 a 20 minutos diários para o exercício da reflexão pessoal e análise da situação do curso. A partir dessas reflexões é organizada a memória do curso.

Tempo Verificação de Leitura

É reservado ao exercício da leitura e da interpretação de textos escritos.

Tempo Livre

A princípio, seria o tempo reservado ao cultivo da individualidade e do lazer. Mas, devido as várias atividades realizadas no Instituto, acaba sendo um dos únicos espaços para que os alunos estudem.

As atividades descritas são realizadas de segunda-feira a sábado, sendo que no domingo, geralmente, o tempo é livre.

O Tempo Comunidade (TC) "é o período de realização das atividades de estudo à distância, de práticas pedagógicas complementares àquelas habitualmente realizadas

pelos/as participantes, bem como de uma maior e intencionalizada inserção na organicidade do MST, não só nos locais de origem, mas também em outros locais, para intercâmbios e ampliação da visão de conjunto dos desafios da realidade dos assentamentos e acampamentos em todo o país” (CALDART, 1997, p. 99).

Objetivos do Curso

De acordo com a Proposta Pedagógica do Magistério, o objetivo geral do Curso organizado pelo MST é formar quadros para o Movimento, bem como formar e titular educadores para atuar nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, na perspectiva de prosseguir na construção de uma proposta pedagógica específica para as escolas de assentamento e acampamentos, que esteja vinculada aos desafios decorrentes do processo de luta pela terra.

Além deste objetivo geral, o MST espera alcançar os seguintes objetivos específicos:

- qualificar o trabalho de educação dos professores e das professoras das escolas de 1º grau dos assentamentos e acampamentos;
- fortalecer a organicidade da educação e do conjunto do MST;
- iniciar a especialização dos coletivos estaduais nas diversas frentes de trabalho do Setor de Educação;
- desenvolver uma metodologia de formação que dê conta das várias dimensões necessárias à atuação específica na educação e à atuação mais ampla no conjunto da organização;
- cultivar os valores humanistas e socialistas que estão na base da concepção de desenvolvimento social do MST;
- realizar atividades específicas de preparação aos Concursos Públicos do Magistério;

Estratégias Educacionais do Curso

Conforme a Proposta do Curso de Magistério, as principais características do processo de formação, são:

- a combinação entre formação e ação acontece no curso através de algumas estratégias básicas, entre as quais podemos destacar: a gestão do curso pelos alunos e a alternância entre o Tempo Escola e o Tempo Comunidade;
- combinação entre formação e escolarização;
- ênfase no aprendizado da investigação, da análise e da proposição, atravessado pela preocupação constante com o registro e sistematização das práticas vividas;

Segundo CALDART (1997, p. 112) o princípio da formação desenvolvida no curso é o da formação omnilateral, que leva em consideração todas as dimensões do ser humano. Neste sentido, vale ressaltar que existem três dimensões, que são enfatizadas no processo de formação desenvolvido durante o curso de magistério, a saber:

Formação Técnico Profissional

Preocupação em profissionalizar os trabalhadores da educação do MST, proporcionando-lhes uma formação mais polivalente que, ao mesmo tempo, inicie a especialização numa das frentes de trabalho de educação do Movimento e também em outras áreas de atuação.

Formação Político Ideológica

Para o MST, esta dimensão refere-se basicamente ao domínio da ciência da Transformação social, ao cultivo da mística e da ação/reflexão militante no Movimento Sem Terra. "A preocupação principal é com o desenvolvimento da consciência histórica e de classe, que ajude as educadoras e educadores a entender a própria dinâmica do Movimento e o papel da educação dentro dele" (CALDART, 1997, p. 113).

Formação Cultural

É a dimensão que inclui com maior ênfase a capacitação em organização, a cultura da cooperação e da solidariedade, a vivência de valores e de uma afetividade própria de relações sociais.(CALDART, 1997, p. 113).

O Processo de Avaliação

De acordo com a Proposta pedagógica do Curso de Magistério, a avaliação é entendida como parte integrante do processo pedagógico, voltada à identificação, acompanhamento e superação das dificuldades coletivas e pessoais dos educandos, ou seja, a educação é vista como diagnóstico. Neste sentido, a avaliação será um processo coletivo e democrático, no qual todos avaliam e são avaliados, numa série organizada e sistemática de ações avaliativas, com critérios e resultados transparentes e combinados previamente entre avaliadores e avaliados.

Metodologia do Curso

A metodologia desenvolvida no processo de formação dos educadores e educadoras do MST enfatiza principalmente os aspectos práticos, na perspectiva de se formar *quadros* para o movimento. Partindo do pressuposto de que os cursos do Movimento Sem Terra enfatizam os processos de capacitação em organização e de formação para a cooperação, seria incoerente desenvolver tais cursos com a mesma metodologia dos cursos convencionais que, por não terem compromisso com classe trabalhadora acabam ensinando a ignorância e a passividade diante da realidade em que os sujeitos estão inseridos.

Diante disso, o Movimento Sem Terra criou a partir da sistematização das suas experiências com o Método de Capacitação Massiva dos Laboratórios Organizacionais, uma metodologia própria, denominada de Oficina Organizacional de Capacitação (OFOC).

Esta metodologia “é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa de que necessita para atuar em forma de empresa ou ação organizada” (MORAIS, 1989, p. 23). O objetivo que se propõe a alcançar é fazer com que os alunos, habituados a agir individualmente, passem a agir coletivamente com uma Divisão Técnica do Trabalho, ou seja, com um processo produtivo socialmente dividido. (MORAIS, 1989, p. 26).

Para desenvolver essa metodologia é necessário garantir alguns pré-requisitos básicos, a saber:

Os participantes

Para o desenvolvimento de uma OFOC é fundamental que existam no mínimo 40 participantes/sujeitos ativos de todo o processo de capacitação. A heterogeneidade desse grupo é um dos fatores que aceleram a capacitação, na medida em que, a metodologia estimula a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, um agir coletivo.

Insumos necessários

São os recursos físicos e financeiros que compõem um todo indivisível, em torno do qual os sujeitos se unem e passam a constituir uma “empresa”, da qual todos são donos e na qual todos trabalham, visando alcançar seus objetivos e, para isso, vão superando as contradições encontradas que, diga-se de passagem, são muitas. Essas contradições devem-se ao fato da maioria dos “sócios” da empresa não estar habituada a pensar e a agir coletivamente e, para que o processo avance, é indispensável a mudança da existência, ou seja, os alunos têm que aprender a conviver com a heterogeneidade do grupo.

A partir do momento que os alunos estruturam a sua empresa, é transferido um inventário dos bens do centro de capacitação: veículos, instrumentos de trabalho, instalações de serviço, para que façam o que julguem conveniente, respeitando, porém, a legislação vigente e/ou o contrato. Além disto, são repassados alguns recursos financeiros que os alunos possam custear as suas despesas (alimentação, material de consumo, pagamento de professores, etc.).

Vale ressaltar que os recursos financeiros são transferidos em quantidades bem inferiores as necessidades dos alunos, a fim de que ponham em prática sua capacidade de iniciativa e busquem alternativas para suprir suas necessidades. Neste sentido, a prestação de serviços internos e externos acaba sendo a principal fonte de captação de recursos.

No desenvolvimento do processo de capacitação a empresa é o único e exclusivo interlocutor entre os alunos e o Instituto. A assembléia geral dos alunos é a instância máxima de decisões.

Autonomia

Este processo prevê que os alunos são os responsáveis pelo processo de gestão da empresa, sendo que os únicos limites estabelecidos são algumas regras iniciais que garantem a legalidade do curso.

Assessorias

Para acompanhar todo processo desencadeado pela OFOC duas assessorias são indispensáveis: o Animador e Empresa de Assessoria Pedagógica (EAP). Eles têm a função primordial de fornecer os subsídios básicos necessários para que os alunos organizem a sua empresa.

O papel do animador é montar a engenharia social que põem em marcha o processo de desenvolvimento da consciência organizativa, ter capacidade de análise permanente do processo e respeitar o potencial pedagógico da prática evitando todas as formas de paternalismo ou de pena. O Animador opera no âmbito da atividade objetivada, em cuja realização os elementos objetivos são fatores aferentes que guiam o sujeito e determinam novas necessidades no que fazer organizacional, reiniciando continuamente o processo (CERIOLO, 1997, p.79). Quanto à EAP, é possível inferir que o seu serviço principal é de assessoria pedagógica à empresa dos/as alunos/as, fornecendo-lhes, sempre que solicitada, as informações e os subsídios necessários à tomada coletiva das decisões e à qualificação do processo de gestão" (CALDART, 1997, p. 121).

Para que a metodologia (OFOC) desenvolvida no curso de magistério tenha maior eficácia, são utilizadas as seguintes estratégias pedagógicas:

Entregas Teóricas

Visam acelerar indiretamente o processo através do nivelamento de todos os participantes sobre alguns elementos da Teoria da Organização e de exemplos que dêem elementos que leve os participantes a superar as contradições básicas que estão enfrentando.

Relação com o Mercado

A relação com o mercado é necessária nos cursos desenvolvidos pelo ITERRA porque são os alunos que ajudam a financiar as despesas do instituto. Eles são responsáveis pelas compras da escola, pela venda dos produtos da agroindústria, da padaria e da horta, e pela prestação de serviços a terceiros. Todas essas relações envolvem dinheiro e os alunos tem que saber negociar para garantir a manutenção da escola.

Gestão do Curso pelos Educandos

Desde o primeiro dia do curso, os educandos são convocados a assumir a gestão deste seu processo formativo. Isso acontece através da criação (real) de uma empresa cooperativa de prestação de serviços, cujo formato inicial é sugerido pelo animador da OFOC, a partir das demandas de trabalho existentes para que o curso possa funcionar. (CALDART, 1997, p. 118)

A idéia do curso é desenvolver a gestão democrática, no sentido de que cada vez mais, os alunos possam ter a gestão maior do curso. Neste sentido, percebe-se que, na medida em que vão se apropriando dos mecanismos do curso, os alunos têm uma

gestão maior. Na 1ª etapa, os professores já estão todos contratados; na etapa seguinte, começam a contratar os professores e, no final, já são eles que estão contratando os professores. Então, no processo cada vez mais, em todas as áreas, vão assumindo uma gestão maior.

Como este é um processo educativo acompanhado, não se pode dizer que é uma co-gestão, porque eles têm liberdade muito maior do que se fosse uma co-gestão; tampouco é uma autogestão, porque não têm liberdade plena para tomar todas as decisões, pois há os limites colocados pelo Conselho Estadual de Educação do RS, para que o curso tenha validade legal, e àqueles colocados pelo MST, que visam garantir a formação de quadros.

Manejo Coletivo dos Tempos

No processo de capacitação pretendido pelo MST, os alunos, ao assumirem o controle gestor do curso, ficam com a responsabilidade de organizar da melhor maneira possível os horários de funcionamento do curso, buscando sempre a combinação mais adequada entre os tempos pessoal e coletivo.

Auditorias Pedagógicas

É um momento específico da formação que é realizado uma vez em cada etapa do Tempo-Escola; uma equipe convidada pela coordenação do curso faz um exame analítico das empresas envolvidas no processo pedagógico visando a capacidade organizativa.

Oficinas de Capacitação Pedagógica (OCAP)

A Oficina de Capacitação Pedagógica é um método de formação não escolar de educadoras/es que vem sendo desenvolvido pelo Setor de Educação do MST desde 1993, visando consolidar processos de transformação da prática pedagógica em suas diversas dimensões. A duração de uma OCAP costuma variar de 4 a 10 dias, dependendo do foco de capacitação. (CALDART, 1997, p. 126).

No curso de magistério, o acento principal das OCAP's está na capacitação didática, especialmente nos focos de metodologia de ensino e planejamento escolar; em linhas gerais é possível dizer que a OCAP é uma prática pedagógica intencionada, que contribui significativamente para o processo de formação/capacitação proposto pelo curso (CALDART, 1997, p. 127).

Comentários e conclusão

À primeira vista, pode-se dizer que a metodologia OFOC é interessante. A partir da dinâmica de grupo tenta diminuir a competição e o individualismo típicos do univer-

so burgueses, criando condições para que, através da cooperação, os sujeitos envolvidos no processo educacional superem suas diferenças e alcancem os seus objetivos.

A idéia básica é induzir os alunos a desenvolver, nas suas comunidades, a experiência vivida durante o curso o que, segundo Chui, sendo impossível, gera frustração permanente, pois o microcosmo artificial criado pela dinâmica de grupo não pode transformar-se em macrocosmo social. A tendência, portanto, poderá ser a de tornar os membros do grupo incapazes de enfrentar e resolver conflitos reais toda vez que o "modelo do grupo" não puder ser aplicado ou, então, torná-los apáticos e indiferentes a tudo quando ocorra "fora" grupo. Assim, em lugar do espaço ser ampliado, encontra-se reduzido pela dicotomia entre o "dentro" e o "fora." (CHAUI, 1979, p. 33-4).

Não se pode dizer que a formação de professores desenvolvida no curso de magistério do MST é inadequada, mas que apresenta limites que precisam ser superados.

Um dos limites apresentados pelo Curso de Magistério do MST é que a prioridade da formação está ligada diretamente aos aspectos políticos-ideológicos em detrimento das técnicas pedagógicas indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho docente. É preciso ter clareza de que só a militância em um movimento social não garante a competência pedagógica necessária ao trabalho do professor.

Não resta dúvida de que os cursos de formação de professores devem formar politicamente os estudantes, mas secundarizar os conhecimentos técnicos necessários à prática educativa é um erro. Ser um professor comprometido politicamente com a educação é essencial para garantir eficácia no desenvolvimento das atividades docentes. Mas, a partir do momento em que a função do professor fica limitada a transmissão de alguns conhecimentos e da ideologia de determinado grupo, nega-se o essencial do processo educativo: formar cidadãos críticos, aptos a desvendarem a realidade.

Outro limite à formação de professores no movimento é a falta de um programa de capacitação pedagógica continuada nos Estados, capaz de propiciar subsídios teóricos que permitam aos professores analisarem a sua prática pedagógica, na perspectiva de aprimorá-la. Esses programas são de fundamental importância para que o trabalho desenvolvido nas escolas dos assentamentos e acampamentos seja mais qualificado.

É importante ressaltar que o curso de magistério do MST apresenta alguns avanços, entre os quais destacam-se:

- o sistema de avaliação proposto rompe com os padrões da avaliação tradicional, onde a prioridade era detectar a quantidade de conteúdos que o aluno conseguia absorver, sem levar em consideração o fato de ter alguma relevância para a vida do educando. É possível inferir que a avaliação é concebida como um processo de análise, onde professor e alunos são sujeitos ativos do processo;
- os alunos são incentivados a desenvolver pesquisa monográfica, cujos resultados devem ser apresentados a uma banca examinadora. Esta atividade é um dos pré-requisitos para que o aluno seja aprovado no curso. Nota-se que isto é, sem dúvida, um grande avanço do MST, que mesmo em um curso supletivo com habilitação em magistério a pesquisa é valorizada. O Curso de Magistério do MST é o único em que os alunos são incentivados a desenvolver pesquisa monográfica.